

Refletindo sobre elites*

Meinhard Miegel**

A característica mais saliente da discussão sobre as elites, que, entretanto, chega a redondamente 200 anos de idade, está no elevado grau da sua confusão. Ela provavelmente tem dois motivos. Em primeiro lugar, a discussão sobre as elites foi, desde o início, instrumentalizada. Em outras palavras: ela servia, via de regra, à realização de interesses políticos, econômicos ou ao menos ideológicos bastante robustos. A burguesia ascendente usou-a para minar a dominação feudal-aristocrática. A burguesia vitoriosa usou-a para fundamentar e justificar as desigualdades sociais. Marx usou-a para combater a burguesia. E os nacional-socialistas usaram-na como arma na luta contra o marxismo e contra o judaísmo cosmopolita. Hoje a discussão sobre as elites se exercita preferencialmente em conexão com o poder econômico e com as parcelas do mercado mundial. Num balanço geral, chega-se à conclusão de que essa discussão tem uma história pouco gloriosa.

No entanto a discussão sobre as elites não sofreu apenas com a sua instrumentalização. Acresceu-se a falta de nitidez dos conceitos que nela foram empregados. Não raramente, essa falta de nitidez resultou em arbitrariedades conceituais. Fenômenos inteiramente distintos eram etiquetados com o mesmo conceito, assim como, inversamente, fenômenos iguais eram designados de forma diferente. É verdade que a palavra "elite", que veio a nós do latim por intermédio do francês, não esconde nenhum enigma conceitual. Ele representa

* Traduzido por Peter Naumann, com revisão técnica de Carlos Roberto Winckler.

Agradecemos ao Instituto Goethe o apoio tanto no contato com o autor quanto na tradução do original em alemão.

** Diretor do Instituto para Economia e Sociedade, em Bonn, e colaborador de periódicos alemães, dentre eles o **DIE ZEIT**.

as idéias de seleção ou de indivíduos eleitos, o que acaba sendo quase a mesma coisa. Mas sempre foi pouco claro e, conseqüentemente, objeto de discórdia como esse círculo de eleitos se constitui e quem pertence a essa seleção. Até hoje nada mudou no tocante a isso.

Parece-nos que três esferas de aplicação do conceito de elite são especialmente significativas para o debate atual, razão pela qual queremos restringir-nos — mais uma vez com alguma arbitrariedade — a elas: à esfera que foi apartada da massa da população por um acontecimento ou por uma evolução fora da sua própria vida e que queremos chamar **elite de origem**; à esfera que detém qualquer posição de destaque na sociedade e que queremos chamar **elite de posição**; e finalmente à esfera que produz ou produziu pessoalmente trabalhos [*Leistungen*] extraordinários e que queremos chamar **elite do trabalho** [*Leistungselite*].

Essas três elites estão basicamente vinculadas por laços apenas formais. Todas elas representam minorias sociais e constituem nesse sentido uma “seleção”. Traços comuns conteudísticos além desse vínculo são casuais ou acidentais, como diríamos na tradição de Aristóteles. Assim, um membro da elite de origem pode pertencer também à elite de posição ou à elite do trabalho. Mas isso não é essencial e constitui até uma exceção bastante rara, conforme mostra a experiência. Ocorre que isso não vale apenas para a relação da elite de origem e das outras formas de elite, mas precisamente também para a relação entre elite de posição e elite de trabalho.

Vejamos primeiramente algumas idéias sobre a elite de origem. Ela se compõe de pessoas, cujos ancestrais de épocas mais remotas ou mais recentes, via de regra, fizeram parte da elite de posição ou da elite do trabalho, deixando, assim, aos seus descendentes — sob a premissa de que a posição tinha sido elevada ou o trabalho tinha sido suficientemente grande — um nome sonoro ou um patrimônio vistoso e, às vezes, também ambas as coisas. Dito metaforicamente, a atual elite de origem é, portanto, o eco de uma antiga elite de posição ou do trabalho. A sua existência fundamenta-se no fenômeno da gratidão suprapessoal e/ou do sentimentalismo coletivo e/ou da formação da consciência histórica.

Via de regra, o discurso político-científico de sociedades igualitário-democráticas silencia, de modo meio desenxabido, sobre essa elite de origem, não obstante a sua influência sobre grandes parcelas da população e, com isso, sobre o soberano dessa sociedade igualitário-democrática ser considerável. Não só as colunas da imprensa marrom, mas também os cérebros

de milhões de indivíduos estão repletos de notícias acerca da sua atuação e influência. Sempre há também associações, universidades, museus e partidos políticos que gostam de recorrer às possibilidades especiais desse grupo social.

Quem conhece o número de Ordens da Cruz do Mérito do Governo Federal Alemão, os doutorados *honoris causa* e as outras distinções, que foram concedidas tão-somente para que um membro dessa elite de origem compartilhasse um pouco o esplendor do seu nome ou do seu dinheiro com essa ou aquela instituição. O nosso cotidiano é perpassado por esse fenômeno, mesmo se muitos fecham os olhos para não vê-lo. Lembre-se, a propósito, o que respondeu recentemente o *senior* de um importante escritório de advocacia na Alemanha, ao ser inquirido acerca do rendimento mediano do trabalho de um dos seus sócios: “Não se bota na rua uma pessoa com esse nome. Ele traz outorgantes, não importa se é competente ou não”.

Não obstante, decerto a elite de origem não deverá ocupar o centro da reflexão sobre o papel das elites em sociedades plurais. Incomparavelmente mais significativas do que ela são a elite de posição e a elite do trabalho, razão pela qual elas também estão basicamente mais no foco da atenção, quando se discute a temática das elites nos dias atuais. Essa discussão se torna mais fecunda na medida em que se distinguem coerentemente a elite de posição e a elite do trabalho, pois o cargo e a inteligência, isto é, o trabalho [*Leistung*, aqui rendimento], estão vinculados menos intimamente do que o provérbio sugere, o que não quer dizer que não se trabalhe com elevado rendimento em cargos. Mas esses trabalhos são quase sempre de natureza distinta da dos trabalhos pelos quais a elite do trabalho se distingue. Mais ainda: os trabalhos específicos da elite do trabalho não costumam qualificar para uma ascensão para a elite de posição e também não constituem nenhuma garantia do preenchimento de um cargo adequado às exigências deste. Mas essa regra conhece uma exceção importante, que ainda deverá ser abordada mais extensamente.

Em primeiro lugar, interessam-nos as elites de posição. Como já dissemos, elas se definem pela posição que ocupam. A posição é mais importante do que a pessoa. A pessoa desaparece atrás da posição. Quão importante ou desimportante ela é, isso desempenha um papel apenas secundário depois que ela conquistou uma posição socialmente destacada. Quem é ministro, presidente do conselho administrativo de uma grande empresa, ou bispo, ou, num nível mais modesto, presidente de um tribunal regional, diretor-médico de

um hospital, ou catedrático em uma universidade está entre os “eleitos” e pertence, assim, à elite de posição. Será percebido em função da sua posição, não importa o que ele tem a dizer, ou se ele tem realmente a dizer alguma coisa.

Esse milagre acontece diariamente. Um indivíduo relativamente desconhecido até o momento é aclamado e adquire, desse modo, uma grande visibilidade. Muitos acorrem prestativos para ouvir o que ele diz, como se o Espírito Santo falasse pela sua boca. No momento em que essa pessoa abandona a sua posição de destaque ou é derrubada, ela, não raras vezes, desaparece quase instantaneamente na obscuridade, da qual ela saiu. Ninguém mais se interessa pelo que ela tem a dizer.

Elites de posição estão, portanto, em estreita dependência dos seus escudeiros ou, para dizê-lo em termos mais simples, das organizações que criam as posições ocupadas por elas. Elites de posição pressupõem necessariamente organizações. Sem organizações, não há posições, ao menos não posições que poderiam ajudar na ascensão à elite de posição. Por mais que se tivesse esforçado, Robinson nunca poderia ter ascendido a uma elite de posição em sua ilha. Faltou-lhe, simplesmente, a organização que teria estado em condições de destacá-lo.

Tudo isso pode parecer banal e tem, não obstante, um significado de longo alcance, pois, se a posição — o cargo — é sempre e exclusivamente a emanção, isto é, o resultado e o produto de uma organização, terá, inevitavelmente, não só os traços, mas também as características essenciais dessas organizações. Disso se segue que o cargo é melhor preenchido por aqueles que, igualmente, não só têm traços dessa organização, mas correspondem-lhe na sua essência, que são, na medida do possível, como a organização que lhes granjeou a posição.

A vida cotidiana oferece um rico material ilustrativo para essa tese. Onde quer que haja uma posição a ser ocupada, um dos critérios mais importantes e, por vezes, o mais importante critério da “eleição” de um candidato é a sua concordância com a organização. Ele deve aderir, deve ser um *organization man*, como dizem os norte-americanos. Em geral, a organização faz questão de ter cunhado, formado, produzido o detentor do cargo. Ele deve ser parte dela. Ela quer poder se reconhecer e se espelhar nele. Por isso, os pára-quedistas [*Seiteneinsteiger*] constituem quase sempre soluções emergenciais. O pé-de-boi corresponde melhor ao interesse da organização.

A carreira do pé-de-boi assegura melhor do que a do pára-quedista que o detentor do cargo — em uma empresa, um partido ou na administração pública — não utiliza a sua posição, ou, do ponto de vista da organização, não abusa dela para realizar-se e realizar as suas idéias. Por meio do cargo criado por ela, a organização quer enfeixar as suas próprias representações, idéias e forças e fazê-las, assim, atuar de forma tão eficaz quanto possível. Nesse processo, o detentor do cargo deverá atuar, quando muito, como catalisador. O que passa desse limite tende mais a ser desvantajoso para a organização, ao menos no caso normal. Via de regra, os interesses da organização vêm-se contraditados, se as suas próprias idéias, representações e forças são redirecionadas por um detentor de um cargo, ou quando este coloca alguma coisa completamente diferente no lugar delas.

Com base nessa estreita vinculação organizacional, a elite de posição não é nenhum refúgio da inovação. É típico que um cargo não pode produzir nem mais em termos quantitativos nem outra coisa em termos qualitativos do que a organização põe nesse cargo. Os elementos inovadores de uma organização não se localizam nos cargos, mas em outros campos, freqüentemente no da elite do trabalho. Com isso, no entanto, também não se pode esperar com justiça que a elite de posição desempenhe funções de liderança, a não ser que a liderança seja compreendida como consensualização, pois a elite de posição somente deve consensualizar a vontade e a atuação da sua organização, não liderá-las.

Esse estado de coisas [*Sachverhalt*] foi considerado pelo antigo Chanceler Helmut Schmidt com a devida sobriedade, quando ele se contentou — ao menos em declarações verbais — com o papel do “funcionário dirigente da República Federal da Alemanha” e rejeitou o papel de quem “filosofa à frente da nação”, do qual deveria partir a “liderança espiritual”. A liderança espiritual, disse ele na época, deveria vir “dos filósofos, dos autores, da arte, da universidade, das igrejas, dos ‘muitos’¹, não do governo”.

Pode-se verificar a pertinência dessa constatação de forma mais visível em uma sociedade democraticamente ordenada. Como o povo é aqui o

¹ O termo alemão *von den vielen* remete ao termo original da teoria política grega, *hoi polloi* (N.T.).

soberano, o dominador incontestado, toda e qualquer investidura de líderes, ainda que fossem líderes meramente espirituais, significaria uma restrição da soberania, o que seria sinônimo de dano à democracia. Um povo democraticamente ordenado — como de resto qualquer outra organização — necessita da atuação conjunta de lideranças intelectuais, que pensam antecipadamente [*Vordenker*], de pensadores inovadores, de conselheiros e, precisamente, de “funcionários dirigentes”. Somente os últimos constituem a elite de posição. Só eles são visíveis à distância. Os outros subtraem-se em grande parte aos olhos da opinião pública.

Condicionados pela distribuição das tarefas, as elites de posição não se encontram geralmente à frente de um movimento, mas no seu fim. Quando as elites de posição se articulam, elas quase sempre assinalam o ponto final de um desenvolvimento iniciado muito tempo antes, freqüentemente pela elite do trabalho. Polarizando um pouco a formulação, as elites de posição corporificam o que foi e não o que será. Elas são a retaguarda da marcha através do tempo. Aqui está a sua tarefa imprescindível.

Não se deve desconhecer, entretanto, que o cumprimento dessa tarefa é pouco atraente para indivíduos especialmente inovadores e criativos. Eles se sentem acossados e impedidos no seu desenvolvimento pelas necessidades da organização. Acresce como fator complicador que a conquista e a garantia de uma posição de elite estão ligadas a uma despesa que praticamente não se pode combinar com um trabalho criativo-inovador. Conforme mostram estudos sérios, os membros da elite de posição gastam até 90% da sua força de trabalho para garantir a sua posição. O potencial remanescente para outras atividades é correspondentemente reduzido.

Por essa razão, são, muitas vezes, os indivíduos justamente mais capazes os que evitam uma inserção demasiado estreita em organizações. Não conseguem se interessar muito por posições aparentemente esplendorosas. Há grandes empresas que registram um desinteresse pela carreira; os partidos e os sindicatos carecem de quadros; as associações encontram dificuldades em preencher seus cargos. Por isso, até as posições de ponta são cada vez mais ocupadas pela singela medianidade: os cargos nos ministérios, os conselhos administrativos de empresas ou as cátedras nas universidades. A elite de posição parece ter problemas com o rejuvenescimento dos seus quadros, ainda que se deva distinguir as diferentes áreas organizacionais.

Em termos gerais, vale o seguinte princípio: quanto maior a organização, tanto mais elevado o prestígio inerente às suas posições, mas tanto menor

também o espaço de atuação pessoal [*Gestaltungsraum*] concedido aos detentores dos cargos. As grandes organizações, sejam elas o Estado, sejam as igrejas, grandes empresas ou sindicatos, deixam pouca liberdade ao indivíduo. Um ministro queixou-se recentemente de que nunca teria sido tão incapaz de agir. Essa queixa provavelmente ecoa diariamente nas repartições públicas e nos andares reservados à presidência de empresas.

Deve-se notar que, paralelamente, o grau de vinculação à organização aumenta ou, inversamente, o espaço individual de atuação dos detentores de cargos diminui, quanto mais democrático for o ordenamento de uma instituição. Essa constatação não implica nenhuma desaprovação. Ela só deve evocar um estado de coisas, que, do contrário, talvez seja ignorado. A democratização de todas as áreas da vida pertenceu e continua pertencendo aos objetivos políticos centrais da nossa época. São consideráveis os progressos logrados no tocante a isso. Agora precisamos aprender a conviver com eles. Isso significa concretamente: a população não pode esperar participar de todas as decisões, por um lado, e queixar-se, por outro, de que as decisões não estão sendo tomadas com a rapidez e a correção necessárias. A democracia não se aproxima a passos leves. Ela é uma forma organizacional algo pesada, o que, por outro lado, tem vantagens inegáveis.

Compreende-se, a partir daí, que as possibilidades da ação individual na política — em oposição a uma impressão muito difundida — são provavelmente as mais reduzidas. Extensas esferas da política praticamente não colocam mais nenhum espaço de atuação individual à disposição. Estão fortemente amarradas por leis e normas, cuja modificação não só exige muito tempo, mas, simultaneamente, esforços hercúleos. Um procedimento legislativo não encaminhado no primeiro ano de uma legislatura só tem chances reduzidas para ser levado a termo durante esse período. Não se esqueça que o Governo vive em temor permanente diante do soberano, que pode puni-lo com facilidade. Em uma sociedade, na qual o poder de governo depende do agrado ou do desagrado de poucos percentuais eleitorais, governar vira rapidamente agir por compromissos táticos [*Taktieren*]. Não se trata de uma especificidade alemã, mas de uma característica de todas as democracias desenvolvidas.

Na área da economia e das finanças, os espaços de atuação individual da elite de posição deveriam ser um pouco maiores; o mesmo vale provavelmente para a área da mídia e da ciência (a arte é uma área à parte). Mas, mesmo nessas áreas, cuida-se para que os detentores de posições des-

tacadas não tentem voar muito alto. A adequação estrita às necessidades da organização é também aqui o primeiro mandamento, cuja infração pode ser sancionada com bastante rudeza.

Em suma, não se exige da elite de posição um grau extraordinário de individualidade, originalidade, personalidade [*Eigenwilligkeit*] ou capacidade de inovação, nem na economia, nem na mídia e na ciência. Não é raro que tais propriedades chegam a ser mesmo um obstáculo para a carreira. Por isso, as personalidades realmente independentes são raras em posições destacadas, o que vale também para os cargos, cujo perfil é configurado duradouramente pelos seus ocupantes. Tais casos existem, mas o seu mero grau de conhecimento já mostra que eles não ocorrem propriamente todos os dias.

As coisas passam-se de maneira completamente diferente com a elite do trabalho. Ela consiste exclusivamente de personalidades que se distinguem por individualidade, originalidade ou vontade própria [*Eigenwilligkeit*], embora essas qualidades ainda não sejam suficientes para que uma pessoa possa ser incluída na elite do trabalho. Para tal, ela deve apresentar um determinado rendimento [*Leistung*], do qual, no entanto, se pode constatar apenas *ex post facto* — e talvez apenas postumamente — se ele foi gerado. Em termos gerais, vale para a elite do trabalho a afirmação da Bíblia: “Pelos seus frutos os conhecereis.”

Só isso já leva à conclusão de que a maior parte da atuação da elite do trabalho se processa às escondidas. Esse é também um dado, com relação ao qual ela se distingue da elite de posição, que quase sempre age em praça pública. Mas a ação da elite do trabalho atinge — quando atinge — a consciência da opinião pública apenas por poucos instantes. A fama permanente só se destina a poucos.

Uma outra característica da atuação da elite do trabalho é a sua reduzida possibilidade de localização. A elite do trabalho aparece em todos os lugares, mas ninguém consegue dizer ao certo onde ela se encontra. Pode-se procurar com alguma esperança de êxito entre a elite de posição, mas também não menos — para citar mais uma vez Helmut Schmidt — entre os filósofos, escritores, artistas, cientistas, dirigentes eclesiais e justamente entre “os muitos”, sendo que “os muitos” nos parecem ser especialmente significativos. É isso que faz com que a procura da elite do trabalho não seja propriamente fácil.

Não por último, essa reduzida apreensibilidade da elite do trabalho causa tantas dificuldades às sociedades democrático-igualitárias, pois, nessas so-

iedades, existe um consenso de que as elites só são compatíveis — quando o são — com princípios democráticos, se elas estiverem abertas a todas as camadas da sociedade, estiverem legitimadas pelo soberano e controladas por ele.

O fato de a elite de origem não satisfazer esses critérios ainda pode ser suportado pelo soberano, pois ele não depende realmente dela. Mas ele depende existencialmente da elite do trabalho. Por essa razão, ele deve sentir-se especialmente incômodo por não poder assegurar eficazmente que ela está acessível a todas as camadas sociais (afinal, o espírito sopra onde quer), por não poder legitimá-la (a sua legitimação subtrai-se da sua influência) e por não poder controlá-la (para o que lhe faltam as premissas de fato).

É possível que esse dano à pretensão de dominação democrática seja a razão mais profunda das reações verdadeiramente alérgicas de grandes segmentos da população a quaisquer discussões da elite, nomeadamente à discussão da elite do trabalho. Quando, na primeira metade dos anos 80, o Governo Federal — impulsionado pelo Conselho Científico [*Wissenschaftsrat*] e apoiado pelo setor privado — retomou o tema da elite do trabalho — de forma nada barulhenta ou provocadora —, ninguém menos do que Willy Brandt julgou que isso seria “uma discussão contra a população”. O **Deutscher Gewerkschaftsbund** entrou com artilharia ainda mais pesada, anunciando que as “(...) elites impediriam um futuro humano” e rejeitando, por conseguinte, estritamente qualquer formação de elites. Wieland Hempel opinou na **Neue Gesellschaft** que a “(...) arrogância do poder estaria iniciando com a propaganda da elite a fuga para frente”, e o Sr. Grolle, na época Secretário de Educação de Hamburgo, acreditou até dever localizar a elite do trabalho no entorno de uma “ambição desmedida [*Hybris*] de poder e competência”, de uma “idolatria chauvinista do alto rendimento”. Que mais o Sindicato “Educação e Ciência” podia fazer nessa situação, a não ser formular uma advertência “enfática contra a criação de escolas para elites”?

Essa crítica áspera surtiu efeito entre os apologetas da elite do trabalho. A então Ministra da Educação Wilms ainda ponderou tenuemente que, afinal de contas, “(...) a demanda de rendimentos excepcionais na ciência, pesquisa, economia e técnica [estaria aumentando] a nível mundial” e que os alemães só poderiam manter a sua posição no Mundo se despertassem todos os potenciais intelectuais e criativos. O Ministro das Relações Exteriores Hans Dietrich Genscher, que, num momento impensado, também tinha usado o conceito da elite do trabalho, expressou a sua esperança de não ter sido mal

compreendido. E Ludolf Herrmann, na época Redator-Chefe do diário **Rheinischer Merkur**, arremessou contra os críticos — embora em atitude de resignação — a fórmula irada da “luta da mediocridade contra as elites”.

Tomada em si, essa discussão poderia, à semelhança de quase todas as discussões anteriores, ser tranquilamente relegada ao esquecimento, se ela não tivesse revelado novamente o equívoco fundamental do que a elite do trabalho é ou deveria ser, ao menos na nossa compreensão. Afinal de contas, havia um consenso entre os participantes da discussão de que sociedades fundadas na divisão do trabalho precisam cumprir tarefas muito distintas. Mas, na avaliação dessas tarefas, seguiram um esquema que não se presta para a identificação da elite do trabalho. Eles localizaram atividades que, via de regra, pressupõem longos períodos de formação, ou são consideradas exigentes por outras razões nos graus superiores de uma hierarquia imaginária de tarefas, ao passo que elas relegavam atividades de indivíduos de formação menos extensa a graus inferiores. E eles supuseram consensual e tacitamente que os graus superiores estariam mais próximos das elites do que os inferiores.

Essa suposição, que domina toda a discussão sobre as elites, não pode ser justificada racionalmente. Assim, um professor universitário, formado durante um longo período, que, durante décadas, transmite aos seus estudantes o que ele aprendeu, na nossa perspectiva não está mais próximo da elite do trabalho do que, por exemplo, um instalador formado em relativamente pouco tempo, que restaura, com grande habilidade e espírito inventivo, as instalações de um prédio antigo de estrutura muito complexa. No caso da dúvida, a atividade do último é mais inovadora e criativa do que a do primeiro.

No nosso entendimento, o trabalho [*Leistung*], que qualifica alguém para ser membro da elite do trabalho, não tem nada a ver com a duração da formação profissionalizante nem com as exigências físicas ou psíquicas de quem o realiza. Nem todos os que passaram por um processo de formação muito demorado, trabalham duramente ou cumprem tarefas difíceis pertencem, por esse motivo, à elite do trabalho. Muito pelo contrário, o que decide sobre a inclusão nesse grupo social é um corte vertical que atravessa toda e qualquer atividade, não importa em que grau da tradicional hierarquia de tarefas essa atividade está localizada.

Esse corte vertical separa a grande maioria da população de uma pequena minoria. O traço distintivo da grande maioria está no fato de ela fazer sempre apenas o que lhe foi ensinado em algum momento por outras pessoas, seja na escola, seja na formação profissionalizante, seja na *práxis* profissional, seja,

também, na vida cotidiana. Ela trabalha, por assim dizer, segundo modelos existentes, sem desenvolvê-los ou mesmo superá-los. Ela se compõe — e não vemos nessa denominação a menor sombra de diminuição — de copistas. Copistas são necessários para a sobrevivência.

Em contrapartida, o traço distintivo da mencionada pequena minoria está no fato de que ela não só desenha de acordo com modelos, conforme os quais a maioria trabalha. Ela sobretudo melhora esses modelos e supera-os, caso necessário. Aqui é, em princípio, indiferente se isso se dá no nível da cirurgia cardíaca ou do tratamento de efluentes líquidos. No nosso entendimento, todos os que substituírem as tradições por algo melhor pertencem à elite do trabalho. Com isso, também se agudiza a problemática com vistas à seguinte pergunta: o que é melhor?

A nossa resposta a essa pergunta talvez possa parecer demasiado simplista a determinados leitores, mas não dispomos de outra: é melhor o que é — no sentido mais amplo do termo — mais humano. Mas, nessa definição, a qualificação para pertencer à elite do trabalho radica-se também na sua legitimação e no controle desta na ética, na filosofia e, em última instância, na religião. O ordenamento político de uma sociedade desempenha para ela um papel apenas subordinado. Por isso, também não existe nenhuma motivação institucionalmente condicionada para um conflito entre a elite do trabalho e a sociedade democraticamente ordenada.

Resta a pergunta sobre o que é mais humano. Não conhecemos nenhuma resposta atemporalmente vigente a essa pergunta e também não cremos que uma tal resposta seja possível algum dia. Muito pelo contrário, cada época deverá dar a sua própria resposta, ainda que na consciência do compromisso ético de que essa resposta não poderá abortar respostas de gerações futuras.

Apesar de alguns ornamentos de natureza espiritual e ideológica, a resposta da nossa época é: quanto mais durar uma vida humana e quanto mais rica ela for em termos de bens materiais e imateriais, tanto mais humana ela será. Eis a orientação prévia da sociedade para a elite do trabalho: o prolongamento da vida individual e o aumento dos bens.

Ninguém contestará seriamente que a elite do trabalho foi extraordinariamente bem-sucedida na realização dessa orientação prévia. Não é só a expectativa de vida dos homens no mundo inteiro que aumentou como que explosivamente; ao mesmo tempo, um número maior de pessoas está abençoado com mais bens do que em qualquer época anterior. Tudo indica

que as elites do trabalho conseguiram desenvolver modelos, com os quais o equilíbrio originário da natureza pôde ser deslocado de modo extremamente eficaz em prol do homem.

O aspecto negativo dessa orientação prévia reside nos seus estreitos limites físicos. No grau de conhecimento atual, os homens podem arrancar do Planeta, sem que este sofra danos duradouros, apenas tantos bens materiais, que ou um número comparativamente reduzido de pessoas viva com bem-estar material, ou um número maior num estado materialmente modesto, ou um grande número em pobreza material. Um grande número de pessoas não pode viver em bem-estar material por muito tempo, a não ser que causemos danos duradouros à Terra e infringjamos, assim, o nosso compromisso ético de não frustrar as respostas das gerações futuras à pergunta por uma vida mais humana.

No entanto é precisamente isso que poderia ocorrer nos tempos atuais. Por um lado, não estamos em condições de verificar a pertinência das respostas do Clube de Roma no seu estudo mais recente, **A revolução global**, mas muitas delas nos parecem plausíveis e outras ainda não foram refutadas. Por isso, devemos considerar possível que a raça humana "(...) está se movimentando, em virtude da sua busca do lucro material por meio da exploração da natureza, em velocidade rasante rumo à destruição do planeta e de si mesma". Parece-nos também plausível que o "(...) consumo na sua forma atual (...) não poderá sobreviver" ou que a continuação do crescimento descontrolado da população mundial poderia tornar-se uma ameaça global.

Assim, a elite do trabalho descobre-se diante de um genuíno dilema. Ou ela deixa de fomentar a realização da orientação prévia ainda vigente em prol de uma existência mais humana, negligenciando, desse modo, a função social que lhe foi destinada, ou ela aceita — para falar em termos jurídicos — que a sua atuação exitosa talvez leve a uma deterioração drástica das condições de vida do gênero humano, o que significaria a violação de princípios éticos.

Por ora, ainda não se delineia nenhuma solução do dilema no horizonte. A elite do trabalho está cindida em todas as partes do mundo. Mais ainda: as elites do trabalho começaram a enfrentar-se com dureza e pertinácia crescentes. Ao passo que um grupo — de momento, provavelmente ainda o mais numeroso — está se esforçando em satisfazer a tradicional orientação prévia, um outro grupo — por ora, ainda menor — procura reconhecer os contornos de uma orientação prévia com melhores perspectivas de futuro e agir em conformidade com ela.

Por enquanto, o resultado dessa luta não pode ser antecipado. Mas a própria luta é um indício inequívoco de uma profunda transformação, que tomou conta de todo o ordenamento econômico e social dos países altamente industrializados. Os pilares desse ordenamento estão balançando.

Quanto ao pilar da propriedade material: em apenas 20 anos, o valor da moeda caiu, na Alemanha, a pouco menos da metade; no Japão e nos EUA, a redondamente um terço; na França, a um quinto; no Reino Unido, a um sexto; e, na Itália, a um décimo. Só com base nessa desvalorização mundialmente galopante do dinheiro, os países industrializados — sem falar aqui dos países em desenvolvimento — ainda não entraram em colapso sob o peso do seu endividamento. Em quase todos os lugares, os encargos das dívidas estão aumentando mais rapidamente do que a capacidade da economia. Em muitos lugares, isso vale mesmo nas épocas de surtos de crescimento econômico.

Quanto ao pilar do crescimento econômico: no fundo, o crescimento econômico só avança penosamente. Os salários líquidos pelo trabalho, em numerosos países industrializados, estão estagnados há muitos anos; nos EUA, eles estão até declinando. E mesmo nos países que ainda apresentam um crescimento impressionante, a satisfação diante disso é sensivelmente afetada pelo crescimento alarmante dos problemas ambientais. Se seguirmos mais uma vez a análise do Clube de Roma, o Mundo atual encontra-se em uma situação pior do que há 20 anos. Acresce-se que os 20% da humanidade que vivem nos países industrializados seriam, segundo essa análise, responsáveis pela geração de 80% do lixo mundial.

Quanto ao pilar da seguridade social: não há outro lugar no qual se emita um número maior de cheques sem fundo do que nessa área. Os governos fazem promessas, que, com uma probabilidade que beira a certeza, nunca poderão ser cumpridas. As pessoas que nascerão em anos vindouros — pois nem se pode mais falar aqui de gerações — deverão ser comprometidas de forma simplesmente aética. Com falta de realismo, supõe-se que elas estarão dispostas a carregar, além dos danos ambientais e da dívida pública, encargos sociais gigantescos, pelos quais elas não têm a menor responsabilidade. Elas não farão isso, e precisaremos conviver com esse fato.

A orientação prévia da sociedade, no sentido de produzir tamanhos sempre maiores, com rapidez cada vez maior e em quantidades cada vez maiores, essa orientação, que desde a industrialização permitiu aos homens esperar por um mundo mais humano, parece ter se esgotado. O zênite das estratégias quantitativas de soluções de problemas já deve ter sido ultrapassado. É cada

vez menos provável poder solucionar problemas e dar respostas a questões existenciais por meio de quantidades. Com isso, a reflexão sobre as elites termina com a pergunta pela futura orientação prévia, que a sociedade formulará para as elites. Caso a orientação prévia das sociedades industriais altamente desenvolvidas estiver esgotada, uma outra orientação prévia haverá de substituí-la — e deverá substituí-la. Mas quem decide sobre a orientação substituidora?

A resposta a essa pergunta depende da respectiva compreensão — perfeitamente mutável — da sociedade. Em sociedades democraticamente ordenadas, a orientação prévia acerca do que é “melhor” no sentido de “mais humano” deverá ser buscada e encontrada no consenso da maioria da população. Nas democracias, a orientação prévia por parte da sociedade é o resultado de um processo de formação da opinião e de conscientização, cuja natureza é complexa e sutil e que, sobretudo, se desdobra milhões de vezes.

Tal processo tem, no entanto, dois pressupostos: o manifesto caráter problemático do *status quo*, por um lado, e alternativas convincentes, por outro. Aqui compete mais uma vez à elite do trabalho, enquanto superadora da respectiva situação, desenvolver alternativas individuais (isso é praticamente impossível no nível da coletividade) e, o que é ainda mais importante, viver de acordo com essas alternativas. A História mostra-nos, mais uma vez, como isso funciona. Antes de toda e qualquer modificação da orientação prévia social, isto é, antes de todo e qualquer reordenamento da sociedade, antes de toda e qualquer mudança do paradigma, aparecem os que pensam à frente [*Vor-Denker*] e vivem exemplarmente [*Vor-Leber*] as possíveis alternativas à situação existente. Ou eles são — falando metaforicamente, ou, talvez, também de forma não tão metafórica — queimados em praça pública, ou eles farão um dia a glória dos altares, sendo que, às vezes, as suas cinzas também fazem a glória dos altares.

À medida que vivem exemplarmente [*vorleben*] as alternativas, eles impulsionam reorientações sociais, menos pela liderança espiritual e muito mais pelo seu exemplo. Essa realização exemplar de alternativas dotadas de futuro é provavelmente a tarefa mais difícil e mais ingrata a ser cumprida em uma sociedade. Ela exige sacrifícios. Por isso, aqueles que fizerem esses sacrifícios estão para nós no centro da elite do trabalho. Sem eles, essa elite definha e se torna uma tecnocracia, que pode funcionar bem, mas carece, em última instância, de qualquer perspectiva.

Esse centro da elite do trabalho é seccionado pelos círculos da elite de posição em ocasiões ainda mais raras do que os seccionamentos das suas áreas marginais, ou, para dizê-lo em termos mais simples: os titulares de óticas alternativas praticamente nunca conseguem entrar na elite de posição. Felizmente, como gostaríamos de acrescentar expressamente, pois cada organização, da associação de aldeões até o povo de uma nação, só tolerará, ou mesmo fomentará, a ascensão de um titular de óticas alternativas a uma das suas posições, se ela se encontrar em uma crise existencial. Só nas condições de uma tal crise, ela estará disposta a pôr, transitoriamente, de lado os interesses organizacionais específicos, abrindo, assim, um pouco mão de si mesma.

É nessas constelações incomuns que a elite do trabalho e a elite de posição não apenas se imbricam em uma pessoa, mas nas próprias instituições: quando a instituição se vê diante da alternativa de perecer ou de reordenar-se. Reordenar-se exige, no entanto, o concurso do *outsider*, da pessoa não cunhada, formada ou produzida pela própria organização.

Essas constelações assinalam a virada na história das empresas, das associações e dos povos. Elas são marcos que, posteriormente, aparecem nos livros de história. Elas são os “tempos interessantes”. Mas esses tempos não são nada agradáveis para quem os vive. Analisando a questão nessa perspectiva, deveríamos provavelmente ficar contentes diante do fato de que o reordenamento, que parece estar na pauta do momento atual, aparentemente ainda não entrou na sua fase aguda. Essa é, ao menos, a impressão, quando se olham para as elites, pois, onde quer que olhemos ao nosso redor, não se vê nada que indique uma imbricação institucional da elite do trabalho com a elite de posição.

Abstract

In this paper the author recovers the classical meaning of elite, distinguishing three application spheres of the concept: origin elite, position elite, and work elite, analyzed in the context of modern democratic societies. The role of the work elite, essentially innovatory, is emphasized in the frame of growing economic and ecological limits, which propose once more the notion of humanly acceptable development.